

A T A S

1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2014. Presidência:** Prof. Dr. Sergio
4 França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos treze dias do mês de março do ano de dois
5 mil e catorze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira
6 convocação. **COMPARECIMENTOS:** Professores e Funcionários: Sergio França Adorno de
7 Abreu, Carlos Alberto Ribeiro de Moura Zeron, Adriane da Silva Duarte, André Roberto
8 Martin, Esmeralda Vailati Negrão, Gloria da Anunciação Alves, Sandra Margarida Nitri,ni,
9 Brasílio João Sallum Júnior, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Madalena Natsuko
10 Hashimoto Cordaro, Pablo Schwarts Frydman, Daniel Puglia, Adrian Pablo Fanjul, Elizabeth
11 Harkot de la Taille, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Sueli Angela Furlan, Fabio Roberto Lucas,
12 Fabio de Souza Andrade, Vagner Gonçalves da Silva, Ruy Gomes Braga Neto, Mary Anne
13 Junqueira, Iris Kantor, Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas, Caetano Ernesto Plastino,
14 Elisabetta Santoro, Ana Paula Hey, Zilda Marcia Gricoli Iokoi, Leonardo Octavio Belinelli de
15 Brito, Ana Fani Alessandri Carlos, Rosângela Sarteschi, Manoel Fernandes de Souza Neto, Ana
16 Lucia Pastore Schritzmeyer, Marina de Mello e Souza, Adma Fadul Muhana, Maurício
17 Cardoso, Maria Helena Rolim Capelato, Luciana Raccanello Storto, Helio de Seixas
18 Guimarães, Maria Augusta da Costa Vieira, Marcelo Cândido da Silva, Marilza de Oliveira,
19 Gabriela Pellegrino Soares, Yuri Tavares Rocha, Marlene Petros Angelides, Helmut Paul Erich
20 Galle, Paola Giustina Baccin, Valéria de Marcos, Francisco Martinho, Valéria de Marco. Como
21 assessores atuaram: Eliana Bento da Silva Amatuzzi de Barros (SCS), Leonice Silva de Farias e
22 Ismaerino de Castro Junior (ATFN), Augusto César Freire Santiago (STI), Néli Maximino
23 (ADM), Rosângela Duarte Vicente (ATAC), Maria Aparecida Laet (Biblioteca).
24 **EXPEDIENTE:** 1. Justificaram a ausência os seguintes membros: Paulo Menezes, Giuliana
25 Ragusa, José Marcos Mariani de Macedo, Sylvia Basseto – CG, Marcos Napolitano de
26 Eugênio, Waldemar Ferreira Neto. **ORDEM DO DIA: PAUTA ÚNICA: GOVERNANÇA**
27 **NA USP: TEMAS E PROCEDIMENTOS CORRELATOS.** Com a palavra, o Senhor
28 Diretor disse: “Esta reunião extraordinária foi convocada devido à Secretaria Geral da USP ter
29 solicitado de todas as unidades que apresentem até 17/03 ‘o elenco de temas que deverão ser
30 objeto de ampla discussão para posterior deliberação, bem como sugestões e propostas para a
31 ampliação do envolvimento neste processo dos docentes, servidores técnicos e administrativos
32 e estudantes’. A pauta da reunião é única, não haverá expediente. Entendo que esta reunião é de
33 caráter deliberativo, pois vamos apresentar um elenco de temas que encaminharemos para a

A T A S

34 Secretaria Geral, que irá uni-los aos temas apresentados pelas demais unidades para montar
35 uma pauta de discussão no CO. Haverá reunião do CO no dia 25/03 com o objetivo de dar
36 início à discussão da governança na USP. Antes de iniciar, há reivindicação dos alunos da
37 graduação para que eles possam participar desta reunião, já que eles ainda não fizeram a eleição
38 dos seus representantes junto à Congregação. Eles solicitam a participação com direito a voz e
39 sem direito a voto.”. Após votação, a solicitação foi **APROVADA**. “Quero fazer algumas
40 observações. A Faculdade de Filosofia, desde a gestão da professora Sandra Nitrini, tem aberto
41 a Congregação para discussão de temas relacionados à estrutura de poder e à governança na
42 Universidade. Tivemos uma discussão sobre ‘Mérito, participação e eficiência’ com o professor
43 Ricardo Terra como relator e os professores André Singer e Marcos Napolitano como
44 debatedores, no dia 24/05/2012, depois tivemos ‘Composição e dinâmica dos colegiados’ que
45 teve como relatora a professora Valéria de Marco e como debatedores os professores Adrian
46 Fajul e Ana Lucia Pastore, no dia 28/06/2012. Democracia, poder e autoridade é um tema que
47 não foi abordado. ‘Eleição para Reitor’ tivemos o professor Renato Janine Ribeiro como relator
48 e os professores Brasília Sallum e André Martin como debatedores, no dia 30/08/2012. No dia
49 18/04/2013 tivemos discussão geral sobre o tema e no dia 23/05/2013 a professora Elizabetta
50 Santoro, como relatora, e os professores Cicero Araújo e o Francisco Miralha – IME,
51 compareceram como debatedores para o mesmo tema de ‘Eleição para Reitor’. Já temos uma
52 trajetória recente, na qual alguns dos temas foram objeto de discussão e debate. Vários dos
53 temas que podem ser objeto estão no estatuto da USP. Eu creio que os temas que vão aparecer
54 no debate são os temas ligados à representação, aos processos eleitorais e não apenas eles.
55 Temos que sugerir uma pauta para o debate, assim como os procedimentos do que foi proposto,
56 por isso, gostaria que conseguíssemos terminar esta reunião no máximo às 18 horas. Eu
57 gostaria que as pessoas fossem objetivas no tema e na justificativa da importância, pois eu não
58 creio que vamos tomar decisão de que um tema é mais importante do que outro, ou do formato
59 deste ou daquele tema. Agora é o exercício de pautarmos os temas que o CO possa vir a
60 discutir. Espero que em um dado momento consigamos fazer uma lista e submetê-la a uma
61 decisão final, no sentido de todos concordarem com o temário. Dada a importância deste
62 documento que precisamos enviar até o dia 17, eu achei que deveríamos convocar esta reunião
63 extraordinária.”. Com a palavra, o Prof. Brasília João Sallum Junior disse: “Vou propor dois
64 temas. O primeiro é a composição do CO, vão surgir várias propostas sobre a composição do
65 CO. Eu não sei se isso cabe como temática, mas eu acho que temos que discutir a representação
66 das Congregações. Hoje em dia o CO é composto por Diretores de unidades e por
67 representantes das Congregações, porém temos Congregações com cem pessoas, como a nossa,

A T A S

68 e há outras de dez pessoas. A representação das Congregações deve ser do número total igual a
69 dos representantes de unidades, os Diretores, mas a composição interna deve ser proporcional
70 ao tamanho das Congregações. Eu proponho que o conjunto dos representantes de
71 Congregações seja eleito proporcionalmente ao tamanho das Congregações, pois não faz
72 sentido do jeito que é hoje, no qual um é representante de dez e o outro é representante de cem.
73 O nosso padrão é senatorial, ele não é federativo. Temos que ponderar estes pesos. A segunda
74 proposta diz respeito ao controle financeiro, como falamos no CTA. Precisamos introduzir a
75 aprovação ou não das despesas atuais da universidade, elemento essencial do estatuto da
76 universidade para que não cheguemos onde chegamos atualmente. Aprovação pelo CO com
77 parecer anterior de uma Comissão do próprio CO.”. Com a palavra, o Prof. André Roberto
78 Martin disse: “Eu preferiria que tivéssemos discutido estas questões primeiramente em âmbito
79 departamental, o que nos permitiria posições mais firmes, mas como estes termos já possuem
80 discussão acumulada, eu gostaria de propor dois temas. O primeiro é o que o Brasília
81 mencionou, que é a sub-representação da FFLCH no CO. A outra questão, diante do atual
82 quadro financeiro da Universidade, é se o projeto USP como Universidade mundial vai
83 prosseguir ou não. Na gestão anterior, esta foi a linha que a USP adotou, a expectativa de subir
84 nos rankings internacionais, e isso supõe aporte financeiro de uma determinada natureza.
85 Diante da nova realidade financeira, vamos manter este projeto?”. Com a palavra, o Senhor
86 Diretor disse: “Eu não sei se entendi a sua proposta. O que eu entendi foi o seguinte: a quem
87 cabe definir as políticas macro da Universidade, à Reitoria na sua campanha e que depois
88 executa, ou por meio de uma outra instância? Acho que é isso que precisa estar nas discussões
89 dos estatutos, pois se esta política vai ou não permanecer, podemos discutir nas reuniões do
90 CO, independentemente de mudança do estatuto. Para incluir esta questão na mudança
91 estatutária, como formularíamos a questão?”. Com a palavra, o Prof. André Roberto Martin
92 disse: “Eu não tinha pensado nestes termos. Até onde eu sei esta orientação de política geral da
93 USP não foi debatida democraticamente. Percebemos, entretanto, que a linha de orientação da
94 Reitoria foi essa. Eu acho que este tipo de decisão deveria caber ao CO, mas em um CO
95 democratizado. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Podemos colocar a questão como tema
96 das competências do CO.”. Com a palavra, o Prof. André Roberto Martin disse: “É Isso. No
97 sentido da definição das principais linhas de orientação de política científica e universitária no
98 geral.”. Com a palavra, o Prof. Osvaldo Coggiola disse: “Tenho duas propostas temáticas que
99 não se contrapõem com as anteriores e uma proposta imediata, que eu quero fundamentar.
100 Estamos no meio deste debate, que é oportuno, porque tivemos, por ocasião da última sucessão
101 para a reitoria, uma crise política na Universidade. Esta crise política aconteceu dentro da

A T A S

102 Universidade, mas houve repercussão fora da universidade. Ela ganhou páginas inteiras de
103 jornais com entrevistas com o Reitor. Não vou levantar esta questão pois há opiniões contrárias
104 acerca do que aconteceu. Por este motivo, é significativo que o debate tenha sido convocado
105 com o título de governança na USP. Eu teria sido mais simpático e colocado democracia na
106 USP, mas colocar governança é bastante sincero porque temos problemas de governança e a
107 USP ficou recentemente desgovernada. Esta é uma questão que temos que encarar de uma vez
108 por todas, pois, como disse a chamada da Reitoria para o debate, os debates sobre este assunto
109 vêm se arrastando há uma década e não houve mudanças. Por isso, eu faço a seguinte proposta
110 imediata: os nossos representantes no CO devem propor que não se bata o martelo sobre este
111 tema na próxima reunião do CO do dia 25, pois o CO deve abrir um debate, o mais rápido
112 possível, estimulando toda a comunidade universitária a participar dele. A proposta é que não
113 se chegue a nenhuma conclusão ou reforma estatutária, e que seja proposto um calendário de
114 debates que seja extensivo a toda USP, todas unidades, e que todas as pessoas possam
115 participar. As propostas temáticas que eu proponho para este debate são: quem legitima uma
116 reforma do estatuto? Neste ponto ponho como questão central a questão da estatuinte que,
117 lembremos, no último CO do ano passado, que decidiu as normas de eleição do atual Reitor, foi
118 uma proposta que obteve votação majoritária no CO, embora não atingindo os 2/3 necessários
119 para produzir a reforma do estatuto ou para que ela fosse efetivamente convocada. Temos a
120 questão da fonte de legitimidade da mudança estatutária e a questão da estatuinte; o segundo
121 tema central que eu proponho é a composição de órgãos colegiados, recolhendo as
122 preocupações que foram expostas pelo Brasília e pelo André, e também pela representação de
123 diversos segmentos que compõem a Universidade. Já há um debate sobre isso e a USP está
124 atrasadíssima, pois a Constituição Federal estabelece uma proporção de 70/15/15 entre
125 professores, alunos e funcionários, e a USP ignora esta legislação de 1988, que é de ¼ de
126 século atrás, e a USP ainda não se adequou à Legislação Federal. Mas não se trata apenas da
127 composição no sentido de proporcionar o senatorial, percentuais para os diversos segmentos, se
128 trata de um debate mais amplo, porque deve envolver inclusive os poderes respectivos, o quinto
129 de regime político que deve existir na USP, ou seja, os poderes respectivos da Reitoria, CO e
130 Congregações. Onde começa o poder de cada um e até onde cada órgão pode ir, inclusive os
131 Conselhos Departamentais. Nós tivemos, de fato, um regime presidencialista, no qual o Reitor
132 tem o direito de aprovar o orçamento ad referendum, como aconteceu recentemente e que teve
133 consequências com as quais estamos vivendo e que têm dado lugar à manifestações alarmistas,
134 provavelmente por boas razões, a respeito da situação orçamentária da USP. Portanto, a
135 discussão da composição dos órgãos colegiados aliada à discussão do tipo de regime político,

A T A S

136 relação entre Reitoria, CO, Congregações e Conselhos Departamentais é o que deve existir na
137 USP.”. Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokoi disse: “Quero em primeiro lugar
138 dizer que a proposta do Coggiola é muito importante e me contempla muito. Quero fazer dois
139 argumentos com relação ao que está acontecendo e como acho que devemos nos comportar
140 neste momento de pensar alteração e novas estruturas de poder. Estamos vivendo a decorrência
141 de uma enorme ausência de transparência e de uma ação individual dentro da Universidade,
142 que vale o jogo de força das alianças e das pequenas articulações e não, de fato, um espaço
143 amplo de democracia e cidadania, estas que deveriam ser elementos fundantes de uma
144 Universidade que se propõe pública, gratuita e de qualidade. Temos uma história e uma
145 tradição que está se perdendo ao longo do tempo, acho que deveríamos voltar e formular os
146 fundamentos da composição deste lugar num tempo pós-ditadura. Por aí caminharemos numa
147 direção que tem mais consenso. A segunda coisa, me parece, é que precisamos criar estruturas
148 bastante ágeis de informação e de democratização da informação. Vivemos num tempo onde as
149 normas e as regras efetivas, como as coisas funcionam, mudam sem que as pessoas tenham
150 noção do que está acontecendo. A prática dos últimos dez anos foi o CO fazer remendos do
151 estatuto, agora ele é um emaranhado de remendos e se perdeu a dinâmica do que foi
152 estabelecido pelo estatuto de 88, no qual a democracia já não funcionou adequadamente, o que
153 gerou uma esquizofrenia enorme. O que aconteceu neste último tempo com a questão
154 orçamentária não envolve só a estrutura central de poder, envolve todo o conjunto, pois não há
155 explicitação democrática e transparente de tudo o que acontece em todos os lugares. Há uma lei
156 de transparência neste país à qual ninguém dá atenção. Eu conversava com o Sergio durante
157 uma reunião sobre a possibilidade de fazermos um evento sobre a proposta de transparência,
158 pois nós queremos a transparência e não ganhamos nada com as falcatruas de dinheiro e de
159 prédios. Estamos sendo chamados a pagar uma conta que não é nossa. Isso significa que nos é
160 dado responsabilidades sem poder. É preciso ir à frente e dizer que vamos mexer na
161 representação porque queremos ter poder de intervenção e cidadania plena na Universidade. É
162 só circular por aí para vermos os investimentos que foram feitos na Universidade e como nós
163 estamos na Faculdade de Filosofia. Nada do que foi proposto pelas últimas três gestões da
164 Direção da FFLCH foi aprovado e levado a efeito, o que não ocorreu por falta de empenho das
165 Direções. Acho que está na hora de dizer não, mostrando que temos o compromisso de
166 expressão democrática dos três segmentos que compõem a nossa Faculdade, temos que ter
167 espaço de cidadania, temos que ter transparência, para podermos brigar de frente com a
168 estrutura de poder. Não podemos mais querer ficar bem na foto, não vai dar certo, vamos por
169 água abaixo, o que não vai dar para levarmos a nossa instituição até o lugar que ela deve à

A T A S

170 Universidade. O nosso tamanho, o nosso compromisso, o que nós formamos, a nossa pós-
171 graduação, as nossas estruturas de produção, elas não estão qualificadas. É hora de irmos para a
172 frente e dizer que queremos um espaço de discussão, reflexão e de proposta que não saia do
173 bolso de ninguém, ela deve sair de uma ampla discussão com compromissos entre nós,
174 chamando os nossos alunos para partilhar desta democracia, caso contrário eles ficarão na
175 ofensiva, contra tudo e contra todos, o que não leva a lugar nenhum e é péssimo para nós.”.
176 Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Já que vamos fazer um evento, eu quero
177 justificar um pouco, pois vou repetir coisas que tenho dito há alguns anos neste Colegiado ou
178 em vários lugares. Temos que propor, no mínimo a Faculdade de Filosofia, um debate
179 conceitual sobre a Universidade. Eu sei que a nossa última tentativa a respeito disso deu com os
180 burros n’água, houve imprevistos. Acho que dar com os burros n’água não é por acaso. A
181 intervenção do André é bem um exemplo que temos em vida. Do meu ponto de vista o estatuto
182 de 88, eu já disse, colocou uma fórmula de Universidade que foi para dar implementação de
183 uma Universidade de pesquisa. Tivemos a moda dos rankings, devido à crise mundial, e todos
184 ficam disputando recursos, pois os rankings tratam disso, captar os alunos mais ricos pelo
185 mundo. Este debate, em 88, processo do qual eu participei ativamente, foi também mal feito.
186 Eu acho que a justificativa disso é o próprio contexto político, o país estava escrevendo a
187 constituição e nós não conseguíamos acabar nem com a lista sêxtupla para eleição de Diretor,
188 nem com o membro nato nas Congregações. O nosso buraco era mais embaixo. Nos fixamos
189 muito na estrutura de poder e perdemos realmente o debate ideológico. O tripé extensão, ensino
190 e pesquisa é um tripé que nós mesmos fizemos e que é formal. Todos reclamam na hora da
191 avaliação que o que vale é publicação e não aula ou extensão. Acho que temos que pôr isso no
192 debate e a fórmula deve ser a seguinte: universidade pública e gratuita, sua natureza, sua função
193 e sua inserção social numa sociedade republicana. A inserção social, novamente eu explico,
194 porque nós pouco debatemos isso. Como vamos discutir a nossa relação com a sociedade? Esta
195 é uma questão que não tínhamos pensado. Quando pensamos em democracia, e isso eu escrevi
196 em um texto em 2012, começamos pensando no umbigo, que é a democratização dos órgãos
197 colegiados da USP, não pensamos na democratização do acesso ou do diálogo com a sociedade.
198 Somos uma caixa preta para a sociedade paulista e brasileira, assim como as demais
199 Universidades também são, mas eu gostaria que nós não fôssemos, estou brigando há quase 50
200 anos para isso. Temos que ter no horizonte, caso queiramos uma Universidade um pouco mais
201 decente, o debate conceitual. Precisamos ter clareza do tamanho da briga que temos pela frente
202 para o CO. A minha proposta é que façamos um elenco de temas para todo o tipo de debate. Eu
203 espero ganhar, pois eu quero uma Universidade para a formação e não uma Universidade de

A T A S

204 pesquisa, mas eu quero que aqueles que querem este tipo de Universidade apareçam e
205 explicitem. Acho que precisamos ter clareza sobre o modelo de inserção social da
206 Universidade; temos que definir para escolher uma forma de gestão ou governança, pois as
207 coisas são geridas de formas diferentes conforme a sua natureza. Temos que voltar ao debate
208 conceitual sobre carreira, avaliação discente, avaliação docente, composição de currículos,
209 natureza do que é a formação de cidadãos. Teremos que voltar a pensar nestas coisas, algo que
210 muitos aqui nunca fizeram. A tensão paradigmática da nossa Universidade, que é formação e
211 especialização precoces nós temos que encarar. Acho que isso é a contribuição que podemos
212 dar ao debate. Temos que colocar estes elementos, discutir como concebemos uma carreira para
213 uma Universidade que vai apostar na formação e não só na especialização. Como é essa
214 Universidade, a avaliação de alunos, a montagem dos currículos, o traço dos cursos e o traço do
215 diálogo entre os diferentes cursos numa universidade que busca a formação de bons
216 profissionais? Estes temas devem estar lá. Outros temas serão os dedicados às estruturas de
217 poder. Temos que debater tudo, como é o Conselho de Departamento e se vamos continuar nos
218 organizando por Departamento. Isso também deve estar em xeque. Departamento, estrutura de
219 Departamento, diálogo e trânsito entre os Departamentos e as Unidades. Uma faixa aí é a
220 estrutura de poder, e outra faixa de propostas é como fazer a mudança na situação atual. Quais
221 serão as propostas para que esta Universidade delibere? Vão aparecer todas. Será só o CO que
222 vai deliberar, é a estatuinte, que estatuinte e qual a proporção? É isso que temos que debater
223 depois. Acho que temos uma questão de encaminhamento, pois acredito que devemos ter uma
224 Comissão que coordene o processo e temos que ter no horizonte a multiplicação da informação;
225 devemos pedir radio USP, tv USP, página da Universidade. Tudo isso para tentarmos envolver
226 a comunidade, pois se não conseguirmos envolver a maioria absoluta dos professores, alunos e
227 funcionários, o estatuto vai ficar pior do que era. Cada um de nós tem a responsabilidade em
228 abrir a sua agenda com tempo para isso, pois esta questão é prioritária. Esperamos que seja em
229 2014, mas não sei se chegaremos lá, pois temos copa do mundo, eleição, e outras coisas. É
230 preciso ter um calendário de temas. Podemos ter um CO transmitido pelo IPTV, como é a
231 sessão da Câmara e do Senado. Podemos ter um CO para isso. Os debates devem ser multi-
232 unidades, para que não fiquem os méritos apenas para alguns. Precisamos inventar novos
233 canais. Vai funcionar? Isso depende do empenho de todos nós.”. Com a palavra, a funcionária
234 Marie Marcia Pedroso disse: “Em complementação ao que já foi apresentado, a questão da
235 composição do CO se reflete na representação das unidades na categoria dos servidores. Os
236 estudantes ocupam 10%, os funcionários não ocupam nem 5%, pois hoje a Universidade possui
237 42 unidades, o que representa 42 Diretores, mais 42 membros de Congregação, um

A T A S

238 representante de cada categoria docente, que são cinco e mais o órgão central, sem contar as
239 representações externas da Universidade. Temos o número de 91 docentes. A representação dos
240 funcionários ainda está muito abaixo. Seguiremos nesta direção, mas há forte demanda neste
241 sentido, lembremos que as unidades cresceram. A representação dos alunos se mantém
242 proporcional pelo percentual e a dos funcionários se mantém pelo número fechado de três
243 representantes. A própria FFLCH reconhece a porcentagem para os funcionários, mas ela tem
244 que respeitar o estatuto. Mesmo se a representação proporcional dos funcionários pudesse ser
245 maior na Congregação, ela não pode ser por causa do estatuto que não permite isso.”. Com a
246 palavra, o Prof. Wagner Gonçalves da Silva disse: “Pela experiência que temos na Faculdade de
247 Filosofia e nos institutos avançados sabemos que, com poucas exceções, e talvez sejamos uma
248 delas, a USP é absolutamente pragmática. As teses que estão sendo propostas aqui são
249 maravilhosas e belíssimas, tenho quase certeza que elas não terão nenhum apelo dos colegas de
250 várias unidades. Em várias discussões de que participamos recentemente, quando colocávamos
251 questões desta ordem diziam que éramos da Filosofia e que precisávamos prestar relatório para
252 a CNPq, CAPES e FAPESP. Este é um ponto que precisamos discutir. Precisamos criar algum
253 vínculo, alguma obrigação dos docentes com a nossa Universidade novamente, e isso não é ser
254 conservador. Hoje, alguns dos nossos colegas não identificam mais a USP com níveis de
255 cobrança, eles prestam contas às agências de fomento. Não quero criar nenhum instrumento de
256 monitoramento, não se trata disso, mas se criarmos as condições para que tenhamos a pesquisa
257 aqui, talvez possamos recuperar estes colegas ao trânsito mínimo junto à Universidade. Não
258 tenho uma proposta, é apenas uma reflexão. O que eu tenho como proposta são duas questões.
259 A primeira é um ponto bem específico, e eu vou insistir que debatamos bastante o fim da lista
260 tríplice. Todo e qualquer esforço é em vão se se mantiver a lista tríplice, este que é um
261 instrumento nada democrático. É curioso porque para o Departamento não funciona, mas da
262 Unidade para cima funciona. É preciso que avancemos pelo fim da lista tríplice, no âmbito da
263 Unidade e do Reitor. Outro ponto é a organização ambiental da nossa Universidade, ele é uma
264 vergonha, e o caso da USP Leste reflete tristemente a nossa falta de capacidade, ou talvez a
265 nossa falta de capacidade política de enfrentar, lá no passado, o local inadequado deste prédio,
266 determinado sabe-se lá como. Hoje temos, por exemplo, a CEPA, coordenadoria de estudos
267 ambientais que representa a USP externamente junto aos Órgãos da sociedade, como os
268 Conselhos Estadual e Municipal do Meio Ambiente, mas ela não tem nada a ver com a SEF,
269 Superintendência de Espaço Físico, que acaba fazendo a gestão de fato dos problemas
270 ambientais, que não tem nada a ver com a Superintendência de Gestão Ambiental, esta que está
271 fazendo um belíssimo evento sobre educação ambiental. O Wellington, que está entregando

A T A S

272 agora o mandato, é um cara bacana. Mostra como cabe cada caixinha para cada um, pois ou
273 falamos para fora ou fazemos teoria, e quem põe a mão no tijolo, literalmente falando, ou no
274 solo sujo, é a SEF. Eu perguntei aos candidatos da geografia como eles pensavam isso, se eles
275 viam a necessidade de reorganizar isso tudo. A questão ambiental está se impondo, gostemos
276 ou não, dois exemplos são a crise hídrica e a crise energética. A Universidade tem hoje a massa
277 crítica para pensar um modelo de gestão ambiental diferenciado, e a gente deveria pensar a
278 partir de uma estrutura de gestão ambiental diferenciada. Este é um assunto que eu gostaria que
279 entrasse na pauta.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Gostaria de dar uma informação.
280 Os diretores de Unidades possuem assento no Conselho gestor do Campus, além de outros
281 representantes. Eu estou participando também de um grupo de trabalho para a elaboração do
282 regimento do Comitê Gestor, que vai ser examinado e votado pelo próprio comitê. Uma das
283 coisas que eu insisti é que a política ambiental, por exemplo a política de segurança, deve ser
284 elaborada por este comitê. A superintendência tem que ser órgão executivo, a política deve ser
285 formulada por este Conselho Gestor, que é o Conselho do Campus. Ele é quem tem condições
286 de formular política, a questão da segurança para mim é muito sensível. Não sabemos o que se
287 passa. Se nós tivéssemos clareza sobre as diretrizes de segurança na comunidade, nós teríamos
288 condições de cobrar a natureza da segurança que queremos. Isso para ser aprovado na
289 Comissão de Gestão, depende de mudanças estatutárias, mas eu acho que as coisas estão
290 conectadas.”. Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves da Silva disse: “Eu só fico preocupado
291 em criarmos um novo poder, uma nova instância, esvaziando o CO.”. Com a palavra, o Senhor
292 Diretor disse: “O Comitê Gestor não é deliberativo, a deliberação é sempre do CO, mas ele
293 formula política.”. Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: “Eu acho muito importante
294 que estejamos fazendo agora esta discussão, começando o semestre com o assunto da
295 democracia que, como diz a convocatória que nos chamou, é uma discussão que se tornou
296 inadiável. Eu li a convocação com muita atenção, e o título da convocação diz que a resolução
297 estabelece calendário de reuniões do CO para debater e realizar as alterações do estatuto da
298 USP. Depois, recebemos o aditamento em que foi citado o artigo primeiro desta resolução e
299 aqui se muda um pouco o tom, pois na primeira leitura eu imaginei que estas alterações seriam
300 feitas pelo CO e que não haveria discussão sobre as formas, sobre os procedimentos. No
301 aditamento é citado o artigo primeiro que fala de um calendário de reuniões para debater e
302 estabelecer as alterações necessárias do estatuto da USP em relação a sua estrutura de poder,
303 fechando quais seriam os tipos de temas que deveríamos propor, que é o que estamos fazendo
304 aqui. Acho importante que esta discussão esteja sendo feita e com rapidez, mas eu temo que
305 rapidez excessiva possa nos levar a problemas, por exemplo, como falou o André, o fato de não

A T A S

306 termos passado pelos departamentos. Neste momento, começamos esta discussão na
307 Congregação, sem que tenhamos ouvido nossos colegas de Departamento. É importante
308 pensarmos em temas, mas em temas amplos, e imaginar que eles possam ser discutidos não
309 apenas dentro do CO. Na resolução diz que já temos 10 anos de discussão, o que me deu a
310 impressão de que como já temos 10 anos de discussão já feita, isso pode ocorrer rapidamente e
311 o CO pode decidir. Eu acho que não é esta a situação, inclusive porque a Universidade mudou
312 bastante, estamos em outro universo, outra configuração de Universidade. Eu vou retomar o
313 que foi dito pela Valéria, pois eu acho importante que tenhamos, dentro dos nossos temas, de
314 debater as formas e os procedimentos que as coisas deveriam acontecer. Eu retomo aqui a
315 estatuinte, já que este tema precede os outros temas, pois é decidir como as alterações
316 estatutárias serão feitas, em que instâncias e de quais formas. A estatuinte, como foi lembrado,
317 foi votada no famigerado CO de outubro e teve a maioria de votos, apesar de não ter obtido os
318 2/3. A estatuinte foi tema principal na mesa de negociação entre estudantes, funcionários e a
319 Comissão da Reitoria, mas ela de repente saiu de pauta e nunca mais foi mencionada. A ideia
320 de se criar uma Comissão, na minha avaliação e das pessoas com quem eu conversei, poderia
321 ter uma Comissão paritária do próprio CO, agregadora das três categorias e que possa organizar
322 e sistematizar a lista de temas que ela receberá, organizar debates amplos que devem contar
323 com a presença de toda a comunidade, nos oferecendo possibilidades concretas para que
324 possamos de fato começar este enorme trabalho que, apesar dos dez anos de debate acumulado,
325 ainda é muito complicado. As propostas que surgiram hoje mostram que teremos muitos
326 debates e questões pela frente e que precisam ser debatidos por todos. Não podemos
327 desperdiçar este momento, ele que demorou muito para chegar. É importante que seja cumprido
328 da forma mais responsável e ampla possível.”. Com a palavra, a Profa. Ana Fani Alessandri
329 Carlos disse: “Nós temos que definir temas para o CO discutir. Eu vejo que a Universidade está
330 em crise, pois os nossos cursos estão sendo afetados, que parece pequena, mas que é enorme e
331 o CO tem responsabilidade sobre esta crise. Quem vai discutir a estrutura de poder? O próprio
332 CO, ele que tem a ver com a crise e tem responsabilidades sobre ela. O Coggiola colocou uma
333 coisa na fala dele que a meu ver é de princípio, e o princípio que está posto aqui é o seguinte:
334 nós queremos participar do debate. A Universidade está em crise e só estamos vivendo a crise,
335 estamos sem poder de decidir. No meu ponto de vista não devemos ficar aqui com um
336 poderzinho de levantar temas para o CO discutir, mas se trata de pensarmos que a comunidade
337 uspiana quer discutir o que está acontecendo. Quando se fala que o debate está ocorrendo há
338 dez anos, quem estava debatendo? A comunidade, naquilo que diz respeito ao que está lá
339 embaixo, não debateu. O que precisamos dizer é que se estamos debatendo há dez anos e não

A T A S

340 resolveu nada, podemos muito bem debater por mais um ano. As coisas não devem ser feitas a
341 toque de caixa e o que foi colocado pelo Coggiola pode mudar a orientação do que estamos
342 fazendo. Queremos seguir o que o CO manda fazer, ou queremos ter uma posição ativa? O que
343 está na mesa? Devemos pedir aos nossos representantes no CO para que ele adie este debate
344 temático e coloque em questão aquilo que está no fundamento da crise que estamos vivendo.
345 Esta crise revela a estrutura de poder e uma concepção de Universidade que estamos tendo, que
346 é muito diferente do debate que aconteceu em 88. Acho que a Valéria coloca uma questão:
347 temos que discutir o conceito, mas eu só vou numa outra direção, temos que discutir que
348 Universidade queremos para o século XXI. Depois desta discussão podemos entrar na questão
349 da estrutura de poder. Eu não começaria discutindo formação, avaliação e carreira. Lembro que
350 governança é um conceito do Banco Mundial, é bom não esquecer. Não podemos ser
351 carregados, precisamos assumir alguma coisa e eu acho que a FFLCH precisa assumir a
352 liderança de um debate que analise criticamente a realidade na qual nós estamos vivendo. Acho
353 que temos que retomar o que o Coggiola colocou e saber qual é a posição da Congregação.
354 Vamos querer que o debate aconteça, unindo os departamentos, os professores, funcionários e
355 alunos? Ou vamos decidir que estamos em crise, a culpa é do CO, então vamos deixar eles
356 cuidarem de novo do assunto, dando os temas e a direção da discussão, o que é uma questão
357 meramente formal, pois podemos discutir sobre muitos temas sem saber onde isso vai dar.
358 Vamos discutir governança? Tudo bem, mas para quê? Para mudar a estrutura de poder? Mas
359 qual é o poder? Que estrutura? Qual é o objetivo? Acho que precisamos do debate conceitual,
360 mas o debate é dizer: pesquisa para quem? O André colocou a questão da Universidade
361 mundial, esta que não é o tipo de Universidade contra a qual lutamos desde 88, que é
362 competitiva, quantitativa e que quer rankings, colocando a Universidade dentro da lógica da
363 competição, que acaba com a Universidade e que é contrária ao sentido da Faculdade de
364 Filosofia. Pensar a realidade de hoje exige tempo. O que está acontecendo é a banalização de
365 todas as nossas atividades através do aumento do currículo lattes, da falta de ética de orientador
366 assinando com o orientando para aumentar o seu currículo, desvirtuando e banalizando tudo
367 aquilo que fundamentou a Universidade e pelo que estamos lutando. Minha proposta é que a
368 gente separe o que queremos, pois ou nós queremos dar temas, ou queremos propor ao CO que
369 ele pare e espere que a comunidade discuta a crise em que estamos para que ela encontre na
370 crise os seus fundamentos, e por meio deles, encontremos o caminho pelo qual podemos
371 prosseguir de forma compromissada com a sociedade. O que estão nos propondo é um
372 descompromisso com a sociedade, virando as costas para ela para fazermos o que queremos,
373 fazendo da Universidade outra coisa que não é o seu sentido público. É importante para nós

A T A S

374 discutir o que é o sentido público?”. Com a palavra, a funcionária Marlene Petros Angelides
375 disse: “Os funcionários fizeram uma reunião hoje de manhã meio de atropelo e nós tiramos
376 uma manifestação que quero ler aqui: ‘A luta pela democratização desestabiliza o poder na
377 Universidade. A fim de preservar o fundamental, o CO resolve propor um debate que promova
378 uma distensão. Para nós, esse processo não pode ter esse sentido, de mudar algumas coisas para
379 manter o que já está. Queremos debates amplos porque queremos mudanças estruturais. Essas
380 mudanças não serão feitas pelo CO. Quem compõem o CO? Uma representação mínima de
381 estudantes, funcionários e professores não titulares, que, juntos, não chegam a 20 dos 140
382 membros, dos quais 1/3 é de dirigentes de Fundações e donos de terceirizadas (Informativo
383 ADUSP), a quem, portanto, não interessam mudanças significativas. Por isso, somente uma
384 estatuinte livre, democrática e soberana, auto-organizada por professores, alunos e
385 funcionários, poderá dar conta de democratizar a USP. Muitos temas precisam ser tratados: a
386 própria estrutura de poder, o acesso à Universidade, a função social do conhecimento
387 produzido, o financiamento, a terceirização, as relações de trabalho. A estatuinte, assim, não é
388 um tema a mais, mas a questão das questões. Essa é a análise e a posição congressional dos
389 funcionários!’”. Com a palavra, o Prof. Brasília João Sallum Junior disse: “Quero retomar a
390 fala da Elizabetta, pois acho que ela tem toda a razão ao dizer que não podemos perder a
391 oportunidade para rediscutir e reorganizar a Universidade. Só que não é possível que o
392 Conselho gerencie e resolva todas as coisas. Não faz sentido. Precisamos discutir e arranjar
393 meios parciais de decisão, mas eu não acho que devemos prolongar este processo constituinte
394 da USP, pois é disto que estamos tratando. Não devemos estender este processo *ad eternum*. Eu
395 proponho que março de 2015 seja o mês final do nosso calendário de discussão e de decisão.”.
396 Com a palavra, o aluno Leonardo Octavio Belinelli de Brito disse: “Quero retomar o
397 posicionamento de alguns professores sobre a estatuinte, que é também o posicionamento da
398 pós-graduação: a estatuinte como questão de princípio que vai nortear esta espécie de refutação
399 da Universidade. Estamos falando de uma mudança constitucional e não seria exagero dizer
400 nestes termos. Eu gostaria de destacar alguns pontos, além dos já destacados pela Marlene,
401 como o da terceirização, os regimes de trabalho, a inserção social da Universidade na
402 sociedade, gostaria de destacar alguns pontos que não foram tocados explicitamente hoje,
403 embora façam parte do debate que está estabelecido. A questão do colégio eleitoral é básica
404 para o assunto que estamos tratando: a democratização, a expansão do colégio eleitoral, a
405 escolha do Governador, como colocou o professor Vagner. O argumento utilizado que a USP,
406 pela sua natureza específica, não pode ter paixões políticas, continuar com a escolha do
407 Governador é um contrassenso lógico, uma pauta possível e viável juridicamente. Como

A T A S

408 estamos tratando da democratização, fala-se muito da eleição para Reitor, que de fato é um
409 tema maior e que chama mais atenção, mas que envolve a expansão da participação dos
410 docentes que não os titulares. Há modelos de outras Universidades brasileiras de excelência em
411 que houve esta democratização. Outro ponto é o regime disciplinar, pois é um absurdo discutir
412 a estatuinte sem discutir o regime disciplinar, este que é uma atrocidade, uma abominação
413 jurídica e moral. Por fim a questão da PM, o que retoma o que o André havia colocado sobre a
414 competência do CO. Esta é uma coisa que tem que ser debatida fundamentalmente. No nosso
415 entendimento o convênio com a PM é afiançar a PM, o que significa afiançar uma instituição
416 que vem sendo criticada por órgãos nacionais e internacionais. Estes são os temas que
417 gostaríamos de mencionar, além de reforçar a questão da estatuinte como ponto central, sem o
418 que, no nosso entendimento, a coisa não vai mudar radicalmente.”. Com a palavra, o Prof.
419 Manoel Fernandes de Souza Neto disse: “Esta discussão me faz lembrar um debate interessante
420 que é proposto por um livro de que eu gosto bastante, do José de Souza Martins, chamado *O*
421 *poder do atraso*, e ele fala com a sociologia da história lenta. A USP, para mim, é o exemplo
422 mais didático disso, porque há muito tempo temos feito a discussão sobre estes temas, não
423 apenas nos fóruns legais e legítimos, do ponto de vista da constituição dos processos de poder
424 da Universidade, mas tem estado também nas salas de aula, nas greves, nas paralisações. Este
425 debate não é novo, é antiquíssimo. Eu faço coro à fala da Valéria de Marco, nós perdemos em
426 todas as instâncias, aqui ou lá, temos levado um banho fabuloso. Basta dizer o seguinte: o
427 professor Doutor Rodas, e é preciso fazer balanços porque às vezes caímos no equívoco de não
428 fazê-lo, teve assessorias inclusive feitas por professores da Faculdade de Filosofia que
429 pautaram estes temas e eles foram discutidos no CO, salvo engano. Estes temas foram
430 discutidos para que as coisas simplesmente não avançassem. Quando foi que a USP avançou do
431 ponto de vista de algumas pequenas transformações nestes sete anos que eu estou aqui,
432 inclusive eu entrei fruto de um processo destes? Teve uma greve em 2002, porque as salas
433 estavam sempre lotadas, e daí foram abertos claros para que professores pudessem ser
434 contratados. Isso foi resultado da greve. Depois se falou em estatuinte em 2007, que foi
435 decorrência da ocupação dos estudantes na reitoria na época que a Sueli era a reitora. Quando
436 foi que avançamos? Foi quando houve pressão da comunidade, não foi pressão feita pelos
437 titulares. Esta Universidade tem um aspecto interessante da sua formação. Ela não tem mais
438 cátedras, mas ela é repleta de catedráticos, ou seja, a cultura da cátedra se mantém. É só vermos
439 esta reunião, falam quinze professores titulares, um ou outro funcionário que vem com uma
440 pauta clara, algum estudante da pós-graduação que vai colocar as questões que foram
441 levantadas por eles, mas a maior parte dos doutores muitas vezes não fala. Evidentemente quem

A T A S

442 fala tem mais ou menos poder, a depender das relações que se estabelecem no interior da
443 instituição. Há uma cultura autoritária na USP, e ela existe entre nós mesmos. Não é uma
444 cultura que vai mudar da noite para o dia. Não temos uma cultura republicana, a Valéria está
445 certa ao dizer isso. Por isso que ela permite que o que é público possa ser negociado no campo
446 do privado. Não precisamos ir à USP Leste, ela já tinha terra contaminada e sobre ela foi
447 colocada mais terra contaminada. Até hoje ela não tem licença ambiental e mesmo assim o
448 campus começou a funcionar. O IEB tem goteiras, por isso não pode comprar estantes devido
449 ao alarme, relacionado ao problema das verbas. Quem é que decide por estes processos? Se nós
450 queremos fazer uma proposta minimamente realista, no meu entendimento, e eu não estou
451 sendo nem utópico nem pragmático, temos que parar tudo e discutir a estatuinte. Paramos tudo,
452 todas as atividades letivas, as aulas, começamos um debate para dizer: ‘agora vamos resolver
453 esta coisa de outra maneira’. Para mim só há um ponto para ser discutido no CO, que é como
454 vamos fazer esta estatuinte? Como vamos fazer? Para mim devemos parar as atividades letivas,
455 criar uma comissão em que as pessoas possam efetivamente discutir, porque senão o que vai
456 acabar acontecendo é o que vem acontecendo nos últimos anos e eu espero que os estudantes
457 não parem de fazer o que eles vêm fazendo há muito tempo. No caso dos funcionários, o Rodas
458 foi muito inteligente, pois conseguiu que muitos dos funcionários parassem de fazer greve,
459 porque no fundo houve a reposição salarial, que é objeto de discurso conservador por parte dos
460 funcionários que dizem que estão ganhando quase a mesma coisa do que nós professores. Isso
461 para vermos como a cultura autoritária desta instituição é um problema. Para mim o debate
462 central é como vamos fazer a estatuinte de tal maneira que ela não se transforme num processo
463 que seja apenas para darmos mais um verniz de tinta sobre esta situação que já vivenciamos.”.

464 Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse: “Eu escutei o professor Coggiola e ele
465 mencionou a possibilidade da estatuinte, a Elizabetta também, e eu concordo, inclusive no CO
466 de 01/10 eu fui um dos que votaram favoravelmente, eu fui um dos 50%. Eu vou me centrar,
467 pensando na questão de como vai ser reformado o estatuto, mas que apesar de ser a favor de
468 uma estatuinte, como vou defender, acho que se trata sobretudo de centrarmos no que não deve
469 acontecer. Acho que isso vai ficar mais claro. Retomo o que foi dito pela professora Ana Fani
470 sobre o perigo, e esta é uma palavra que eu estou usando, ela não usou, mas acredito que vai na
471 mesma direção, o perigo de que seja o CO quem realize estas mudanças. Passei dois anos no
472 CO, acompanhando com muita atenção, informando assiduamente aos meus colegas o que por
473 lá acontecia, e eu tenho a absoluta certeza que entregar a mudança estatutária ao CO é perder
474 tempo, como também é hipotecar o futuro da Universidade nas mãos de um setor político que
475 mostrou clarissimamente até onde tem nos levado até agora. As responsabilidades que o CO

A T A S

476 tem são gravíssimas. O orçamento que provocou este rombo foi discutido em dezembro de
477 2012, ele estava ali, para todo mundo ver, com insistentes intervenções de muitos de nós,
478 representantes docentes, discentes da pós-graduação e funcionários, questionando o fato de que
479 pelo segundo ou terceiro ano consecutivo as diretrizes orçamentárias chegaram ad referendum,
480 ninguém sabia de onde saíram estas cifras. É evidente. Naquele momento eram 700 milhões,
481 agora sabemos que é 1 bilhão. Inclusive houve ameaça do Rodas de processo, está tudo nas
482 atas, tudo isso foi divulgado novamente pelo atual representante dos doutores. Quem não
483 recebeu pode pedir que eu envio. Não quero aborrecer vocês com isso, mas uma leitura desta
484 ata seria patética, porque na hora de votar, quem se absteve e quem votou contra foram apenas
485 os 15 de sempre, aqueles que não entraram nisso. Todos os Diretores de Unidade e todos os
486 representantes de Congregação votaram favoravelmente, inclusive houve durante a sessão do
487 CO a indicação de que este modo de aprovar o orçamento contraria o estatuto da Universidade.
488 Outra irresponsabilidade gravíssima é a questão da EACH, ela não foi exatamente exposta tal
489 como é no CO, mas houve no CO de 03/2013 denúncias graves contra Jorge Boueri, devido a
490 intimidações e sindicâncias feitas por indicação por conselho da Procuradoria Geral da USP,
491 sindicâncias contra colegas que falavam sobre estes problemas das terras. Eu levei isso ao CO e
492 eu não ouvi uma pessoa que fizesse o menor gesto ente dentre os Diretores e os Representantes
493 de Congregações. Este problema tem a ver com uma certa hegemonia político-partidária, que
494 no caso da EACH fica claríssimo. Quem estava envolvido na EACH? A Cetesb, o Governo
495 Alckmin. Da mesma maneira que quando começa o problema do orçamento estourado, na
496 Folha de São Paulo, que não é um periódico de esquerda, eu ouço o seguinte, vou ler: ‘no fim
497 do ano passado os auxiliares do Rodas disseram que a USP usou parte da reserva para atender
498 sugestão do Governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) que estava incomodado com o
499 montante de recursos públicos passados. A USP chegou a mais que dobrar a verba em um ano,
500 de 2010 para 2011’. Eu não sei se vocês lembram que em algum momento parece tinha saído
501 que alguém da Adusp tinha dito alguma coisa, foi um escândalo pois havia esta pressão. Deixar
502 isto nas mãos do CO é deixar a questão nas mãos de um grupo político fechado. Algumas das
503 definições que foram expostas aqui, como o Conselho Senatorial, eu acho que é simplesmente
504 parte do tráfico e me preocupa quando em alguns momentos se fazem defesa de uma estatuinte,
505 com um certo Jacobinismo, porque já houve três aqui, uma em 69, momento no qual não havia
506 um governo de esquerda. No ano passado, porque uma estatuinte chegou a ser colocada como
507 possível de ser votada no CO? Porque a Procuradoria Geral analisou plenamente e fez uma
508 redação, que dizia que não é coisa de revolução, é pluralismo, simplesmente isso. Alguns que
509 são contrários a este tipo de mudança e dizem ser melhor deixar nas mãos do CO porque os

A T A S

510 professores não se interessam. Mas eu queria ver se há um debate realmente político, com duas
511 ou três propostas de estatuto, cada uma levantada por uma chapa, pois isso é fundamental, a
512 questão da politização disso tudo. A questão dos órgãos, que a coisa vai subindo, é para diluir a
513 minoria, é para que ela não tenha voz. O nome que eu dou ao regime da USP é partidocracia,
514 temos um partido único aqui. É uma estrutura de partido único e simplesmente se trata de
515 pluralismo, introduzir o pluralismo, que haja diferentes correntes políticas que se expressem.
516 Eu concordo com a Valéria que temos que discutir concepção de Universidade, mas como a
517 Universidade está na sociedade, é um lugar de luta política como qualquer outro. Está na hora
518 de que isso se expresse. Eu lembro que o representante dos titulares, em um dos debates que
519 houve no ano passado no IEA, no qual estava o professor Adorno, falou que seria muito
520 complicado que houvesse eleições diretas ou estatuinte, porque os professores teriam que
521 discutir política. Entretanto, hoje, o que acontece? Temos uma política, mas ela é muito
522 ordinária. Eu não vou submeter nenhuma proposta, mas quero chamar a atenção para o que não
523 pode acontecer se quisermos algum tipo de mudança. Não queremos perder tempo, que esta
524 questão fique nas mãos do CO.”. Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara disse: “Realmente não
525 podemos fazer remendos no estatuto, pois desta forma uma coisa irá conflitar com outra.
526 Assim, a questão da estatuinte é fundamental. Falar que o CO vai fazer estas mudanças é
527 cairmos numa circularidade. Se o problema veio do CO, o CO vai resolver o problema? O
528 problema continua. A questão do estatuto eu acho importante a gente pensar enquanto USP,
529 porque, querendo ou não, acaba sendo também uma luz para a Unesp e para a Unicamp, que
530 possuem problemas similares. Precisamos pensar em todo este contexto e o poder que significa
531 o processo que está começando a se desenrolar a partir de agora. A questão da terceirização é
532 importante de ser colocada para a discussão da boa governança política, porque são eles que
533 estão aqui todos os dias, eles vêm mais que a maioria dos estudantes. Qual é o papel da
534 terceirização dentro desta Universidade? Esta é uma questão política. Qual é o peso que eles
535 têm nas decisões? Nenhuma. Outro ponto é o reconhecimento formal das entidades estudantis e
536 dos cargos dos RDs. Quem faz a discussão com a base, com a maioria dos cursos, são as
537 entidades estudantis, são elas que conclamam os estudantes a decidir algum tema ou que
538 atendem a uma demanda dos estudantes. O posicionamento de um estudante, de um indivíduo,
539 de um RD não abrange a totalidade dos estudantes, ele não convoca assembleias. Precisamos
540 discutir esta questão, os estudantes têm sistematicamente apontado para isso. Sobre a
541 organização da segurança no campus, como já foi colocado aqui, será que queremos uma
542 superintendência? O que isso significa? A Universidade se organizar sobre coisas
543 extremamente estratégicas por superintendências? Isso descola as decisões que vão ser tomadas

A T A S

544 daqueles que realmente irão vivê-las. Eu acho fundamental a disponibilidade de tempo
545 institucional para os debates, como falou o professor Manuel, pois não dá para esperar que o
546 funcionário, depois do seu expediente de trabalho, tenha interesse em participar de uma mesa;
547 que o docente, depois da sua aula, irá participar; e que o estudante vai chegar antes ou vai ficar
548 depois da aula para ela. Se queremos que todos participem do processo, a garantia do tempo
549 institucional é fundamental. Sobre a questão da sub-representação, como falou o André, é a
550 questão do poder, de ficarmos atrás, apresentando propostas concretas e elas não serem levadas
551 a termo. As coisas só mudam com pressão política real. A FFLCH é mais de 10% desta
552 universidade, mas também há outras unidades que são subrepresentadas. Precisamos ver como
553 este processo vai se desenrolar, mas temos que ter no horizonte a possibilidade de uma
554 mobilização efetiva caso as coisas se deem de cima para baixo, como elas sempre se dão, para
555 conquistarmos as coisas que estamos pontuando aqui.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse:
556 “Temos que organizar. Há questões de princípios, há temas que são constitucionais, que
557 integram o estatuto, e há temas de procedimentos, como organizar o processo, assim como
558 calendário e tempo de discussão. A primeira pergunta é se podemos organizar os temas desses
559 três eixos. Os temas constitucionais envolvem estrutura de poder, processos decisórios e
560 processos de elaboração estatutária. Vamos tentar sintetizar. Houve manifestações contrárias à
561 natureza desta reunião, no sentido de que ofereçamos temas, e há outra posição de
562 aproveitarmos esta oportunidade para que este seja o espaço e o momento para desencadearmos
563 o processo de mudanças. Como questão de princípios eu vejo a questão da definição da
564 Universidade, que foi bastante discutida, a questão do status do CO, que também foi discutido,
565 a relação da Universidade com a sociedade. Estas são as três questões de princípio centrais, que
566 contemplam vários temas que foram colocados, como acesso à informação, democratização da
567 informação e do acesso. Sobre os temas constitucionais, diversos deles estão listados aqui,
568 como composição do CO e dos Conselhos, a relação entre os órgãos e se persistiremos em
569 organizar a Universidade em Departamentos ou não. Temos a questão que foi colocada da
570 elaboração do CO, como maior transparência, e a questão da prestação de contas, esta que tem
571 que entrar no campo das atribuições dos órgãos. No caso, o CO tem que aprovar ou recusar as
572 contas dos órgãos executores. Acho que estão conectados com os temas: estrutura de poder e
573 governança, a questão das políticas centrais de carreira, avaliação docente e discente,
574 composição dos currículos. A questão da formação versus a especialização, acredito, está na
575 parte de princípios. Problemas de representação das categorias, dos três corpos que constituem
576 a Universidade, e dentro do corpus dos docentes a distribuição entre as suas categorias e o
577 papel da representação entre elas. Nos procedimentos, a estatuinte apareceu em grande parte

A T A S

578 das falas e posições e eu a entendo como procedimento, mas há outros que propõem que haja
579 maior envolvimento e que não fique restrito ao CO, outras categorias devem ser mobilizadas
580 para serem ouvidas. A ideia que apareceu é apelarmos aos meios de comunicação para que
581 tenhamos maior envolvimento das três categorias no processo constituinte. Dentro dos
582 procedimentos, precisamos pensar como seria a mobilização dos corpos, como as instâncias
583 produziram e defenderiam as suas propostas até elas chegarem a outra instância. Surgiu a
584 proposta de procedimento do próprio Conselho criar uma Comissão para coordenar este
585 processo de ouvir as instâncias e pautar os temas, colocando-os em discussão.”. Com a palavra,
586 a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokoi disse: “Algo que me ocorreu agora é que as discussões do
587 CO referentes a esta questão fossem divulgadas pela internet para que todos possam
588 acompanhar.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Acho que isto está contemplado na
589 parte dos procedimentos. A outra questão que aparece é o calendário, a ideia de que não
590 devemos ter um tempo nem curto nem longo para a discussão, colocando um prazo, até março
591 de 2015, como foi sugerido aqui, para que os temas sejam amplamente discutidos e analisados,
592 podendo desta forma ser postos em votação. A proposta do Vagner de acabar com a lista
593 tríplice deve ir como uma espécie de anexo, pois no estatuto da USP não poderia, mas ela pode
594 ir como sugestão de que a atual administração e CO façam um documento propondo às
595 instâncias Legislativas que encaminhem uma mudança da legislação nesta direção. Estamos de
596 acordo com este encaminhamento?”. Com a palavra, a Profa. Gloria da Anunciação Alves
597 disse: “Houve um posicionamento, que eu não sei se entrou ou não, que é como se dá a
598 condução do processo. Questionar se o processo deve ser conduzido pelo CO. Em nenhum
599 momento dentro destes itens há uma possibilidade deste questionamento, não sei se é consenso,
600 mas várias pessoas tocaram neste ponto. Gostaria de um esclarecimento.”. Com a palavra, o
601 Senhor Diretor disse: “Na questão do princípio eu havia colocado o status do CO, e eu entendo
602 que é dentro deste tema que podemos esclarecer.”. Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves da
603 Silva disse: “Em relação à lista tríplice, acho que podemos aceitá-la internamente à
604 Universidade, acabando com a lista tríplice nas unidades.”. Com a palavra, o Senhor Diretor
605 disse: “Ela já acabou nas unidades, isso foi aprovado. Eu participei da reunião da CLR e está
606 em vigência a proposta de que os Diretores de Unidade serão eleitos na Unidade, serão eleitos
607 no primeiro turno por maioria absoluta, ou seja, tem que ter metade mais um. Caso não seja
608 obtido resultado no primeiro turno, no segundo turno é com maioria simples e o resultado é
609 apenas comunicado ao Reitor. Não há mais interferência do Reitor na escolha do Diretor de
610 Unidade.”. Com a palavra, o Vice-Diretor João Roberto Gomes de Faria disse: “Vagner, em
611 relação à lista tríplice, na legislação Estadual está escrito que a direção das autarquias é uma

A T A S

612 prerrogativa do Governador, e a USP é uma autarquia. Desta forma, deveria haver uma
613 mudança na legislação Estadual para que a USP possa mandar apenas um nome ao Governador,
614 caso contrário ele não pode aceitar. Este procedimento deve ser também para o nível Federal,
615 pois as Universidades Federais enviam uma lista tríplice ao Ministério da Educação, acho, e é o
616 Presidente que escolhe.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu entendo que nada impede,
617 neste momento, se for consenso mínimo deste conselho, que nós o encaminheamos, mas ele não
618 vai ser um tema da estatuinte porque ele não pode se resolver na estatuinte. Porém a
619 Congregação pode se manifestar dizendo que há esta posição, mas ele não terá efeitos
620 concretos.”. Com a palavra, o aluno Leonardo Octavio Belinelli de Brito disse: “Sobre o tema
621 da lista tríplice das Universidades Federais, vem ocorrendo o posicionamento, salvo engano, da
622 Federal de São Carlos e do Pará, no sentido de enviar apenas o nome do vencedor ao Ministério
623 da Educação e este posicionamento vem sendo aceito como um reflexo da autonomia
624 universitária. Sobre a legislação Estadual, não tenho certeza pois não sou especialista desta
625 área, parece que há um conflito interno dentro da legislação Estadual que permitiria à USP
626 indicar por si o seu Reitor. A Comissão da pós-graduação vem estabelecendo um grupo de
627 trabalho sobre isso e este é o entendimento dos advogados da associação.”. Com a palavra, a
628 funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Eu gostaria que a proposta de uma estatuinte seja
629 considerada.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Ela vai ser considerada. Ela está
630 contemplada na fala de várias pessoas, do ponto de vista do procedimento, ela vai ser colocada.
631 Eu vou preparar estas orientações.”. **Após confecção pela direção, o elenco de temas ficou da**
632 **seguinte forma:** “Senhor Secretário Geral. Em resposta à mensagem de 27/02/2014 e seu
633 adendo de 07 de março p.p., expedidos pela Secretaria Geral, vimos informar que foi
634 convocada Congregação extraordinária da FFLCH com o propósito de sugerir temas e
635 procedimentos para composição de pauta, nos termos previstos na Resolução USP-6.639, de
636 02/10/2013. As sugestões e procedimentos que seguem foram organizados em três eixos:
637 princípios, temas constitucionais e processo de elaboração estatutária; **1. Princípios:** a)
638 Definição conceitual da Universidade de São Paulo (Universidade de formação e pesquisa e
639 não apenas pesquisa). Definição quanto à natureza, funções e inserção social; b) Definição do
640 status e competências do Conselho Universitário, entre as quais a de controle financeiro (não
641 apenas aprovação do Orçamento mas também aprovação da prestação anual de contas) e
642 políticas conexas (gestão ambiental, segurança pública, circulação e mobilidades etc). **2.**
643 **Temas constitucionais.** a) Composição do Conselho Universitário. Representação
644 proporcional (segundo tamanho) das Unidades. b) Composição de todos os órgãos colegiados,
645 deliberativos e consultivos. Ampliação da participação dos corpos da Universidade - docentes,

A T A S

646 discentes e funcionários - com observância da legislação federal; c) Articulação entre
647 Departamentos, Unidades e Administração central. Trânsito entre Unidades. Garantias de
648 descentralização; d) Articulação entre Universidade e Sociedade Civil. Natureza e meios; e)
649 Poder e Governança: carreira, avaliação docente, avaliação discente, avaliação do quadro
650 funcional, terceirização de serviços; f) Eleições para Reitor, Diretor e demais órgãos
651 colegiados; g) Regime disciplinar. **3. Processo de elaboração estatutária:** a) Discussão a
652 respeito da pertinência de Estatuinte; b) Criação de Comissão do Conselho Universitário para
653 coordenar o processo de estatuinte e/ou reforma estatutária; c) Definição de um calendário para
654 realização e conclusão dos trabalhos. Proposta da data de março de 2015 como data de votação
655 final das propostas analisadas e consolidadas em texto dos Estatutos. A Congregação também
656 discutiu a oportunidade do debate a respeito da pertinência da lista tríplice para escolha do
657 Reitor pelo Governador do Estado, embora reconheça que não se trata de matéria de
658 constituição estatutária da USP. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Eu gostaria
659 de pedir um destaque na hora de encaminhar as propostas, pois surgiu aqui a proposta de que o
660 CO crie uma Comissão paritária para a condução do processo. Se o CO tem que fazer alguma
661 deliberação agora é essa, constituir uma Comissão. Deve estar previsto que essa Comissão vai
662 acabar constituindo Comissões para o encaminhamento dos debates, ou seja, tem que haver
663 uma Comissão que organize o processo e que os temas que vierem. Todos os grupos temáticos
664 vão enviar propostas para deliberação. Aqui tem um problema. Quando o Manuel falou que a
665 Valéria estava na Estatuinte, não, o que aconteceu em 88 foi que as entidades tinham mais
666 poder político e mais mobilização. Nós fizemos um congresso paritário, eu fui delegada, a Fani
667 e o Terra também. A conformação de uma estatuinte precisa ser discutida porque, por exemplo,
668 como é que se compõe este corpo de um terço dos professores? A Faculdade de Filosofia tinha
669 13 delegados de 100. Precisamos esclarecer que a estatuinte deve ser um tema de debate porque
670 ela tem que estabelecer a configuração da estatuinte, e ela vota o quê? Não é ela que vai
671 discutir, não é ela que vai formular propostas. O que ela tem que fazer? Ela tem que
672 sistematizar as propostas que chegam, como fizemos no congresso, para a deliberação. Nós
673 vamos estabelecer o quê? Só as propostas majoritárias chegam à deliberação? Nós escolhemos
674 outro caminho, que a estatuinte deliberava que se houvesse 30% dos delegados apostando em
675 uma proposta, todas as outras propostas que haviam divergências políticas e de concepção
676 foram a plebiscito, votaram alunos, professores e funcionários. Dos quase 4 mil professores da
677 época, votaram 2500. Temos que esclarecer tudo isso. Não há na história das transformações
678 universitárias nenhuma estatuinte equivocada, nem paritária e com funcionário, nem o
679 Cordobazo. Não há na história algum parlamento que tenha restringido o seu próprio poder.

A T A S

680 Quem aposta que o CO mude, é só voltar na história para ver que nenhum parlamento deu tiro
681 no próprio pé. Temos que debater. Vamos ter um problema conceitual, pois não há cogestão
682 tripartite com 1/3 dos funcionários na unidade inteira. Como vamos discutir isso? As pessoas
683 precisam qualificar os argumentos, companheiramente, mas precisam.”. Com a palavra, o
684 Senhor Diretor disse: “Valéria, você não gostaria de escrever para mim sobre esta ideia do
685 status da discussão da estatuinte?”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Eu estou
686 dizendo como foi a prática no Congresso, mas eu estarei no grupo que vai discutir a estatuinte.
687 Teremos que fazer um grande processo de esclarecimento. Quando falamos em voto paritário,
688 alguns estudantes entenderam voto universal, ou voto por cabeça. Até isso precisamos
689 esclarecer.”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor encerrou a reunião. E, para constar,
690 eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos,
691 redigi a presente ata que assino juntamente com o Senhor Diretor. São Paulo, 13 de março de
692 2014.